

SEGURANÇA NACIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI: EXÉRCITO BRASILEIRO

*Orlando Bispo dos Santos*¹

*Mauro José Ferreira Cury*²

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal debater a respeito da região de fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, abordando sobre a segurança nacional, sendo o Exército Brasileiro como principal instrumento de organização e controle, reprimindo as ilegalidades que permeiam a região. A soberania nacional implica em manter o domínio geopolítico do Estado-Nação. De acordo com seu dinamismo, a tríplice fronteira desencadeia uma série de problemas, exigindo atenção especial do Governo Brasileiro na formulação de estratégias, visando à integridade do território e da sociedade. A presença do Exército Brasileiro em Foz do Iguaçu, desde a colônia militar, em 1889, até os dias atuais, representado pelo 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado, é estrategicamente coordenada pelo governo tendo como objetivo o domínio territorial, além de desempenhar atividades que possibilitem eliminar a vulnerabilidade da fronteira e, assim, manter a diplomacia entre os países vizinhos – Argentina e Paraguai –, evitando possíveis conflitos tanto entre a população quanto entre países. Na metodologia utilizou-se da pesquisa bibliográfica para se abordar a temática, na qual diversos autores contextualizam a história e relatos a respeito da Colônia Militar, o Exército Brasileiro e estratégias que são desenvolvidas para a região de Fronteira.

Palavras-chave: Fronteira; Segurança Nacional; Exército brasileiro; Soberania Nacional; Colônia Militar.

Abstract: This article focuses mainly on the border region between Argentina, Brazil and Paraguay and will address on national security, having the Brazilian Army as the main instrument of organization and control, repressing the illegalities that permeate the region. National sovereignty implies maintaining the geopolitical nation State domain. The triple frontier according to dynamic triggers a series of problems requiring special attention of the Brazilian Government in the formulation of strategies, aiming at the integrity of the territory and society. The presence of the Brazilian Army in Foz do Iguaçu since the military colony in 1889, until the present day, represented by the 34th Mechanized Infantry Battalion, is strategically coordinated by the Government aiming to the territorial domain, in addition to performing activities that make it possible to eliminate the vulnerability of the border, and so keep the diplomacy between the neighbors, Argentina and Paraguay, avoiding possible conflicts both among countries and among population. In the methodology we used bibliographical research, addressing the topic, in which several authors contextualize the story and reports about the military colony, the Brazilian Army, and strategies that are developed for regi: Borders, National Security, Brazilian Army.

Keywords: Frontier; National security; Brazilian Army; National sovereignty; Military Colony.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Graduando em Turismo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Câmpus Foz do Iguaçu. Mestrando em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Câmpus Foz do Iguaçu

² Professor Adjunto nível B da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

INTRODUÇÃO

Segurança nacional é fator indispensável no que diz respeito à manutenção dos valores do Estado-Nação. Tais valores estão ligados à identidade e à cultura do povo, bem como à manutenção de domínio geopolítico, o qual trata do domínio territorial que, por sua vez, permite ajustar o desenvolvimento do Estado. Silva (1981, p. 155) define segurança nacional como “grau relativo de garantia que o Estado proporciona a coletividade nacional, para [...] salvaguarda de seus objetivos a despeito dos antagonismos [...] externos”. Partindo desse princípio, é certo que, no plano estratégico de defesa militar Brasileiro, está inserido o pensamento de inibir os despeitos ou ciúmes externos em relação às investidas geopolíticas e, com isso, manter o relacionamento amigável com os países vizinhos como um dos objetivos a serem salvaguardados pelo Estado-Nação.

O espaço geográfico em que está situada a cidade de Foz do Iguaçu interliga o Estado brasileiro aos Estados argentino e paraguaio, formando, assim, a tríplice fronteira. O dinamismo desta região exige formulações de estratégias militares que permitem reforçar as relações de poder e estreitar os laços de amizade com os povos argentinos e paraguaios no intuito de assegurar a demarcação de seus limites territoriais, bem como as relações socioeconômicas.

A problemática existente na região de fronteira é um fato que toma proporções de acordo com seu desenvolvimento populacional, econômico e político, e isto contribui para que desenvolvam eventuais conflitos, até mesmo de proporções diplomáticas. Desta forma, pode-se afirmar que nem sempre é possível manter relações amigáveis com os países vizinhos, sendo, com isso, inevitável o acionamento do aparelho militar no intuito de manter os interesses da nação.

No decorrer da história, aconteceram vários conflitos³ armados envolvendo Argentina, Brasil e Paraguai que permitiram reestruturar os pensamentos geopolíticos do Governo Brasileiro a fim de definir a atuação de poder e controle, restringindo determinadas ações sociais que implicassem na segurança do espaço de fronteira e a demarcação de seus limites.

Neste contexto, Ferrari (2010, p. 48) afirma que “o limite político-territorial define [...] atuação social que instrumenta a atuação de poder, tanto para governar [...] controlar ou para restringir determinadas ações sociais no espaço delimitado”.

Partindo deste pensamento, no decorrer deste trabalho será abordado sobre a presença do Exército Brasileiro, que surge em Foz do Iguaçu no ano de 1889 a partir da Colônia Militar, tendo várias mudanças de categorias no decorrer do tempo, até chegar à atual nomenclatura de 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado que, além de atuar como instrumento de poder e controle do espaço delimitado pelo Governo Brasileiro, tem como finalidade manter a garantia da lei e da ordem, tal como previsto na Constituição Federal e, com isso, reforçar a segurança na faixa de fronteira e auxiliar a sociedade local quando necessário.

1 COLÔNIA MILITAR: DOMÍNIO TERRITORIAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA

O advento da colônia militar em 1889 foi o mais viável meio estratégico de domínio territorial e de demarcação da tríplice fronteira. As terras de Foz do Iguaçu, na ocasião em que foi instalada a colônia militar, eram ocupadas por habitantes de maioria estrangeira, e isso num curto período de tempo do pós-guerra do Paraguai. Partindo desse princípio, intensifica-se a necessidade de ocupação militar no intuito de fortalecer a faixa de fronteira de Brasil, Argentina e Paraguai. Segundo Wachowicz (2002, p. 232), “A política adotada passou a ser o fortalecimento da chamada fronteira Guarani”.

O fortalecimento da fronteira com a militarização foi fundamentado na ocupação territorial, a qual era eminentemente de argentinos, paraguaios e poucos brasileiros, bem como pelo fato de que havia forte cultivo da Erva Mate, o que efetivava as atividades econômicas na região. Diante disso,

³ Dentre os conflitos ocorridos, citam-se: Guerra da Cisplatina (1825-1828), Questões de Palmas ou Misiones (1857-1895) e Guerra do Paraguai (1864-1870).

houve preocupação do governo brasileiro com essas terras, estabelecendo, assim, um centro de controle militar na região de Guarapuava e, a partir daí, com incentivo do Capitão Belarmino de Mendonça Lobo⁴, a formação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu.

Pressupõe-se que os esforços estabelecidos pelo Ministério da Guerra⁵ para a ocupação territorial e a formação social na tríplice fronteira naquele período (1889) partiram das vultosas turbulências de ordem diplomática a partir dos conflitos existentes entre Brasil e Argentina, com a guerra da Cisplatina nos anos de 1825 a 1828, bem como as questões de Palmas ou Misiones, que ocorreram entre os anos de 1857 a 1895. No entanto, é durante o pós-guerra do Paraguai que houve uma intensificação na ocupação territorial de fronteira. Neste sentido, Colodel (1960) destaca que,

Após o término da guerra do Paraguai (1864-1870), surgiu entre segmentos da oficialidade que compunham o Ministério da Guerra uma forte pressão no sentido da instalação de uma Colônia Militar [...] a oeste do território do Império. Alegavam esses militares, apoiados por grupos civis, que a região possuía um valor estratégico extremamente valioso e que era, no mínimo, temerário deixar esta importante área isenta de qualquer tipo de fiscalização por parte das autoridades imperiais. (COLODEL, 1960, p. 37).

Nota-se a partir desse registro histórico que, o interesse em ocupar a região de fronteira não era tão somente dos militares devido aos conflitos armados que envolveram os três países no decorrer da história, mas, também, de uma parcela importante da sociedade, a qual se preocupava com uma possível invasão definitiva por parte das nações vizinhas ao território brasileiro.

Além disso, havia interesse das autoridades paranaense da época em povoar a região, no intuito de estabelecer contato com a fronteira, tendo em vista seu isolamento do centro do poder. Neste sentido, pressupõe-se que esses fatos históricos foram os principais acontecimentos que nortearam as estratégias de ocupações territoriais e as demarcações dos limites transfronteiriços entre os três países.

A esse respeito, Freitag (2001) relata que

Esse interesse foi demonstrado em 1886, através do presidente da Província do Paraná propondo que se estabelecesse uma via de comunicação entre o litoral e a margem esquerda do rio Paraná, com o objetivo de resguardar e defender a fronteira, pois essa porção mais ocidental do território era vista como uma área a povoar. (FREITAG, 2001, p. 46-47).

O povoamento fronteiriço, portanto, foi de cunho estratégico, permitindo resguardar a fronteira e o território brasileiro, bem como estabelecer relações amigáveis com argentinos e paraguaios.

A geopolítica do Brasil em relação aos países que margeiam sua linha de fronteira de norte a sul objetiva manter uma política que possibilite conduzir o relacionamento entre países. Com isso, entende-se que há a preocupação do Governo brasileiro em fomentar estratégia no âmbito da sociedade a fim de que o relacionamento entre o povo de fronteira abarque além das questões econômicas a solidariedade entre os povos.

O pensamento geopolítico de Silva (1981) confirma as relações sociais entre países como a possibilidade de manutenção dos valores nacionais e, ao mesmo tempo, a generosidade e solidariedade entre as nações, propalando o seguinte:

Ao lado de uma geopolítica para a luta, para a defesa ou para o ataque, subsiste e subsistirá sempre uma geopolítica da paz, voltada para os valores muito mais altos e generosos da solidariedade internacional, da comunhão voluntária dos povos, do progresso incessante da civilização e da cultura. (SILVA, 1981, p. 94).

Além desses valores, o fator econômico também proporciona o entrelaçamento entre os países que, no caso da fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, é um fator norteador das relações sociais.

⁴Engenheiro militar responsável pela formação da colônia militar em Foz do Iguaçu.

⁵ Exército Brasileiro.

As relações estabelecidas na fronteira no decorrer da Colônia Militar, além de estarem ligadas à posse da terra, giravam em torno do cultivo da erva mate, a qual era a principal fonte de renda tanto para brasileiros, quanto para argentinos, paraguaios e uruguaios, dando lucros aos produtores, os quais eram denominados ervateiros. Para Cury (2010, p. 188), “a economia aproximou e interagiu na formação do território como elemento dinâmico [...] a economia da erva-mate e da exploração da madeireira [...] constituiu um dos processos de formação do território transfronteiriço.”

Dentro desta perspectiva, considera-se que o processo de formação do território a partir do aspecto econômico emanado do cultivo da erva-mate e da exploração da madeira contribuiu no processo de formação das territorialidades transfronteiriça, constituindo, assim, uma área de convivência e conexões transculturais e econômicas no decorrer da história da colônia militar. Ferrari (2010) aponta que

Territorialidade humana tem início nas relações sociais, mesmo que diferenciadas, por meio de processos como a produção, a troca e o consumo, relações essas determinadas pelas ações ou interações de diferentes atores em tempos distintos, entendemos que para apreender as formas e a organização de determinado espaço territorial é necessário considerar seu processo histórico, no espaço-tempo. (FERRARI, 2010, p. 91).

Certamente, as territorialidades transfronteiriças decorreram na região de Foz do Iguaçu bem antes da chegada da comissão estratégica que formou a colônia militar. O processo de produção e a interação dos diferentes atores destacados por Ferrari (2010) confirmam que a organização do espaço e suas territorialidades se dão a partir das relações humanas. No entanto, as relações decorrentes no processo de organização do espaço territorial de fronteira tiveram as explorações humanas nos campos de cultivo da erva-mate como um dos fatores que proporcionou o crescimento econômico.

Inicialmente, a produção era destinada aos mercados da Argentina, principal importador, seguido de Paraguai e Uruguai e, posteriormente, já em meados do século XIX, a distribuição da erva-mate ganha dimensões em grande parte da América Latina. Este processo demandou intensa mão de obra, a qual era destinada desde ao corte da erva-mate até o envio do produto para o destino final. Tal mão de obra era escravocrata e, além dos peões das fazendas, os indígenas eram maioria no cultivo da erva-mate. De acordo com Ferrari (2010, p.138), “[...] alguns ervateiros mantinham os peões num regime de trabalho escravo, a ponto de eliminar trabalhadores que não aceitassem só a alimentação como forma de pagamento pelos serviços prestados”.

Em meados do século XIX, a região de fronteira, por situar-se distante do centro de poder, tornava-se isolada, o que facilitava a intensificação das barbáries contra a vida humana em prol do crescimento econômico através do cultivo da erva-mate. Ao chegar à região da fronteira em 1889, a comissão estratégica se depara com companhias argentinas e paraguaias que exploravam o cultivo da erva-mate e, conseqüentemente, a exploração do homem nativo.

Colodel (1960, p. 45) enfatiza que “o comandante da [...] colônia mandou afixar editais que alertassem as populações ali estabelecidas da presença de autoridades governamentais legais constituídas”.

Partindo do exposto, nota-se que a Colônia Militar, além de contribuir com a integração da fronteira ao centro do poder, fornecendo o governo brasileiro, noticia as atividades desenvolvidas na região através dos relatórios elaborados pelos chefes das comissões estratégicas de José Joaquim Firmino, em agosto de 1889, e do Tenente Antonio Batista da Costa Junior, que teve como auxiliar o Sargento José Maria de Brito, chegando a Foz do Rio Iguaçu no dia 22 de novembro do mesmo ano, tendo sido utilizado como aparelho repressor dos entraves existentes na região com o intuito de estabelecer relações de poder e segurança nacional.

Além de instrumento de defesa nacional, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi um canal de ligação do extremo oeste paranaense ao restante do país. Tal ligação ao centro do poder proporcionou aos governantes brasileiros da época o conhecimento da problemática existente na região de fronteira, podendo, a partir de então, elaborar estratégias no intuito de realizar a integração nacional no que diz respeito à delimitação territorial e às questões sociais e econômicas. Em relação ao cenário econômico

da fronteira no início da Colônia Militar, Freitag (2001, p. 45) relata que havia “[...] grandes unidades produtivas estrangeiras e seus sistema peculiar de trabalho e produção, sediadas em território legitimamente brasileiro”.

Pelo fato de a região Oeste do Paraná não possuir acesso para escoação das mercadorias para dentro do próprio país, o Rio Paraná era o principal meio de locomoção através de barcos que transportavam as produções da região. Ainda assim, o Brasil continuava desfavorecido tendo em vista que o comércio local dependia inteiramente da capital platina, uma vez que até a via fluvial desfavorecia o transporte para dentro do país devido aos saltos das sete quedas que impediam a passagem das embarcações.

De acordo com Freitag (2001 p. 57), “[...] praticamente toda margem paranaense da foz do rio Iguaçu até os saltos das Sete Quedas estava repleta de portos argentinos [...] construídos e controlados pelas empresas particulares às margens do Uruguai e do Paraná escoando a erva-mate e a madeira para o mercado platino”. Portanto, Isso causou desgastes às autoridades brasileiras o que levou à tomada de decisão, no sentido de povoar a região com brasileiros natos, difundindo novas formas de produção econômica e a criação de projetos de integração nacionalistas.

Neste sentido, Freitag (2001 p. 63) relata “[...] que uma das atitudes foi criar o Território Federal do Iguaçu através de um Decreto-Lei”, no intuito de controlar definitivamente o espaço de fronteira e reverter os lucros emanados das atividades econômicas desenvolvidas na região em prol do Estado brasileiro.

2 EXÉRCITO BRASILEIRO: DA COLÔNIA MILITAR À CONJUNTURA ATUAL

O item acima delata a importância da instituição da Colônia militar de Foz do Iguaçu em 1889, que teve como objetivo o domínio territorial da área de fronteira.

O plano de militarização da faixa de fronteira do Brasil não é um fato recente. Essa preocupação emanada da ideologia política das autoridades brasileira decorre ainda no Governo Imperial, no intuito de cristalizar um plano estratégico de defesa nacional eliminando as pretensões estrangeiras em relação ao território brasileiro. Nesse sentido, Freitag (2001, p. 28) afirma que, “os princípios norteadores da segurança nacional se materializam antes de 1824, data da primeira constituição do Império Brasileiro.”

No transcorrer do período imperial (1822-1889), o Exército era a principal força de reação estratégica de defesa do Governo Brasileiro. Partindo desta afirmação, nota-se que a presença militar na elite brasileira naquele período, além de contribuir para que, na conjuntura atual, se concretizasse a fortificação das fronteiras, contribuiu fielmente para a construção das bases políticas da sociedade brasileira e para a integração nacional. Neste sentido, McCann (2007) aponta que:

A história política do Brasil republicano é a história do crescimento da nação-Estado Brasileiro. O Exército, como a única instituição nacional, foi um ator central dessa história. Levando o poder do governo central às pátrias, o Exército contribuiu para a mudança política, para a formação da nação-Estado e para o engrandecimento da pátria nacional. Como braço forte do Estado, o papel do Exército foi à intervenção do Estado em si mesmo [...] Os Exércitos são instrumentos da violência organizada e suas histórias devem refletir [...] nas tomadas de decisão com a sociedade e com a política. (McCANN, 2007, p. 19).

Neste sentido, o domínio territorial de fronteira caracteriza a formação da Nação-Estado enfatizada por McCann (2007). O exército, além de assegurar o domínio territorial, contribuiu para a formação política, social e econômica do Estado Brasileiro no decorrer de sua história.

Em relação à fronteira de Foz do Iguaçu com as cidades de Puerto Iguazu, na Argentina, e Ciudad Del Este, no Paraguai, as atividades de segurança nacional desenvolvidas pelo Exército Brasileiro por meio do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado, que é uma unidade militar de apoio

operacional ao governo e ao povo de fronteira, condicionaram a formação do pensamento estratégico, no sentido de combater as possíveis problemáticas intrínsecas de uma região fronteira, como é o caso do livre comércio, o qual proporciona o aumento do tráfico de produtos ilícitos.

Além disso, há a preocupação tanto do governo brasileiro quanto do exército no sentido de manter a integração social e conservar atividades como o desenvolvimento sustentável que proporcionam o bem-estar da sociedade atual e das gerações futuras, visando, ainda, a relação amigável entre os países vizinhos.

Esse discurso é firmado no que está descrito no Livro Branco de Defesa Nacional (2012, p. 15)⁶, segundo o qual

[...] o conceito de defesa nacional embora esteja preliminarmente ligado a defesa nacional, a preocupação com o adensamento e a gradativa presença brasileira ao longo da faixa refletem a prioridade atribuída ao desenvolvimento sustentável, à integração nacional e a cooperação com os países fronteiriços nos aspectos referentes à segurança e ao combate aos ilícitos transnacionais.

Isso se aplica à presença do exército em Foz do Iguaçu, que deixou suas marcas não só nas questões relacionadas à defesa da fronteira, mas contribuiu fortemente para a formação da cidade e para a integração sociopolítica dos países vizinhos, os quais cooperam entre si para combater problemas como o tráfico de arma, munição e droga.

A integração social dos povos é fator importante no que tange às estratégias de defesa tendo em vista o fortalecimento da nação e dos seus aliados em prol do bem-comum, representando, assim, condições favoráveis para que se realize o plano de defesa em todas as esferas da sociedade brasileira, cooperando com as sociedades argentina e paraguaia. As estratégias de proteção do território fronteiriço são emanadas do potencial nacional que, é a integração de fatores necessários para a geração da segurança do país em sua amplitude.

O potencial nacional é o esforço máximo que a nação dispõe para o enfrentamento dos antagonismos com vista à manutenção da soberania nacional. De acordo com Silva (1981, p. 156-157), “O poder nacional admite quatro expressões inter-relacionadas”, as quais são abordadas da seguinte forma:

Estratégia Política – visando, em particular, a criar e fortalecer laços de coesão interna e de cooperação externa em benefício da consecução e salvaguarda dos objetivos Nacionais, ao mesmo passo que busca dissociar e enfraquecer a coesão e cooperação com que possam contar os antagonistas.

Estratégia Psicossocial – visando, em particular, a fortalecer o moral da nação e de seus aliados, quebrando o dos antagonistas considerados.

Estratégia Econômica – visando, em particular, reforçar a estrutura econômica nacional e o seu rendimento, garantindo-lhe a complementação mediante recursos exteriores, ao mesmo passo que busca enfraquecer o sistema econômico dos antagonistas considerados.

Estratégia Militar – Visando em particular, reforçar a estrutura militar da nação e empregar suas Forças Armadas contra os antagonistas considerados, contrapondo-se as Forças Armadas destes e derrotando-as, se necessário. (SILVA, 1981, p. 156-157).

No entanto, para que se realize segurança nacional, é necessária uma precedência analítica em torno do problema para que, a partir de então, seja procedido o planejamento estratégico visando solucioná-lo. Desse modo, a doutrina do Ministério da Defesa descrita na Política Nacional de defesa (PND)⁷ e na Estratégia Nacional de Defesa (END) (2012, p. 132) prevê “[...] a promoção de estudos relativos ao aperfeiçoamento de doutrina de operações conjuntas, considerando principalmente, o

⁶ Segundo Celso Amorim, o Livro Branco de Defesa Nacional soma-se à Estratégia de Defesa Nacional e à Política Nacional de Defesa como documento esclarecedor sobre as atividades de defesa do Brasil.

⁷ Documento do Ministério da Defesa que regulamenta o planejamento estratégico de Defesa Nacional.

ambiente operacional e o aprimoramento dos meios de defesa, a experiência e os ensinamentos adquiridos com a realização de operações e as orientações da estratégia nacional de defesa, no que concernem as atribuições do Estado-Maior conjunto das Forças Armadas”.

Ao término da Guerra do Paraguai, o Exército sofria de profundo abandono por parte das autoridades imperiais e as estratégias de defesa andavam a passos lentos devido ao descontentamento dos oficiais e soldados do Exército com o Governo. Segundo Colodel (1960, p. 38), “Ao mesmo tempo em que o Exército servia aos interesses das classes hegemônicas, recebia por parte das mesmas um tratamento de desqualificação”. A crise que assolava as elites militares contribuiu para retardar as projeções estratégicas em relação à proteção da tríplice fronteira. Porém, o nacionalismo imperava os ideais dos militares, a ponto de fazer renascer a oposição contra o império a fim de solucionar os impasses políticos vivenciados no país e, assim, retomar o plano de defesa da extensa faixa de fronteira brasileira. Nesse sentido, Colodel (1960) enfatiza que,

Em 1888, após assumir a pasta do Ministério da Guerra, Thomaz José Coelho de Almeida – político simpático a classe militar – resolveu criar num dos seus primeiros atos uma Comissão Estratégica com atribuições e encargos como até então ainda não se tinha visto. Como era de se esperar, a criação dessa comissão muito agradou os militares que, desde há muito, defendiam uma retomada de interesses na região de Foz do Iguaçu. (COLODEL, 1960, p. 41).

A Chegada do Exército Brasileiro para a região de Foz do Iguaçu através da colônia militar ocorreu no dia 22 de novembro de 1889, mesmo ano e mês em que se findou o período imperial. Nesse período, os estudos estratégicos de defesa do país não eram de grandes proporções; no entanto, havia preocupações com a região de fronteira de Brasil e Paraguai devido às consequências causadas pela guerra da tríplice aliança, ocorrida entre 1864 e 1870.

No entanto, é a partir do término da guerra do Paraguai que se dá o início dos estudos de estratégias militares visando à fortificação dos órgãos de defesa nacional.

O Exército foi abandonado pelas autoridades no período do pós-guerra do Paraguai, mas, ainda assim, desempenhava seu papel, pertinente aos interesses da pátria. Desta forma, Colodel (1960, p. 38) relata que, “Durante todo o período Imperial (1822-1889) o Exército enquanto instituição [...] estava sempre direcionado no sentido de mantê-lo [...] em rédeas curtas [...] deveria desempenhar o papel de guardião da pátria [...] resguardar a todo custo às condições sócio-econômicas estabelecidas”.

O cenário de abandono da instituição Exército Brasileiro começou a se desfazer a partir do momento em que o Marechal Deodoro da Fonseca assumiu o poder do Brasil República, no final do ano de 1889. Desta forma, os militares retomaram o processo de fortificação das fronteiras e o pensamento estratégico de segurança e defesa do território brasileiro e, com isso, o fortalecimento das bases sociais, econômicas e políticas.

A Colônia Militar de Foz do Iguaçu, no entanto, enfrentou grandes dificuldades, tendo em vista a distância em relação ao governo central. Desta forma, a Colônia Militar não alcançou todos os objetivos, pois, além de ser um instrumento de defesa, era, também, responsável pelo crescimento agrícola da região e distribuição de terras, no intuito de povoar a linha de fronteira. Isso tornou desgastante o desenvolvimento dos trabalhos de defesa nacional. No entanto, apesar das dificuldades devido às péssimas condições de locomoção que hora privava o contato com o governo, a Colônia Militar teve sua importância nas questões territoriais econômicas e sociais da região de fronteira. Neste sentido, Colodel (1960, p. 49) enfatiza que “Entendeu a comissão que a colônia já apresentava um quadro organizativo adequado e que seria mais interessante que a mesma caminhasse com suas próprias pernas”. A Colônia foi extinta em 1912, quando os militares não mais faziam parte de suas atividades na região.

Com a extinção da Colônia Militar, a tríplice fronteira torna-se ainda mais vulnerável, pois a comissão estratégica volta sua atenção para a construção da estrada que liga Foz do Iguaçu à cidade de Guarapuava, ficando isento do processo de segurança nacional. O tempo estimado de ausência do Exército Brasileiro na tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai, foi de, aproximadamente, 20 anos.

A partir da turbulenta década de trinta, quando começa a era Vargas, as questões pertinentes à segurança nacional tomam novos rumos.

As revoluções que aconteceram dentro do próprio Exército, como a Revolta Tenentista – a qual surgiu a partir de fatores como a missão militar francesa, que formou os oficiais da década de 1918 e 1919 com novas ideologias militares, a ponto de pensarem estar mais preparados do que seus comandantes – e a influência católica entre os cadetes do Exército possibilitaram que o governo reavaliasse as condições do exército em relação ao cenário mundial, deliberando inovações na instituição e reformulando as estratégias de segurança nacional em todas as regiões do país. McCann (2007, p. 449) relata que “No decorrer dos anos 30 estreitaram-se as ligações entre as preocupações brasileiras com a segurança interna e externa, a reorganização e rearmamento do Exército, a política externa e a industrialização”. Após esse período, o Exército retoma as atividades na região de fronteira com a instalação da 1ª Companhia Independente, que chega à região de Foz do Iguaçu em 26 de fevereiro de 1932 com um efetivo de 250 homens. No decorrer do tempo, a 1ª Companhia Independente passa por transformações, as quais são abordadas a seguir.

Em 1943, baseado no Decreto Lei nº 5.770, a 1ª Companhia Independente foi transformada em 1º Batalhão de Fronteira, ampliando seu efetivo para, aproximadamente, 700 homens, fortalecendo ainda mais a segurança na fronteira. No ano de 1980, em 16 de dezembro, com base nos Decretos Lei nº 85.533 e nº 85.534, foi extinto o 1º Batalhão de Fronteira, dando lugar ao 34º Batalhão de Infantaria Motorizado, o qual recebeu, posteriormente, a denominação de Batalhão República do Paraguai, em homenagem à nação vizinha. Por fim, em 24 de maio de 2013 o Batalhão recebeu a denominação de 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado.

A denominação de Batalhão mecanizado é devido à implantação do novo carro de combate, o guarani, que é uma viatura forjada para atender às necessidades da região de fronteira.

A história do exército em Foz do Iguaçu transcorre, juntamente, com a história da cidade. A formação da sociedade desta área de fronteira que pertence ao Brasil teve grande contribuição dos ideais militares.

A partir da década de 1930, devido às transformações sociais, econômicas e políticas, o Brasil passou por revoluções que contribuíram para que o governo brasileiro retomasse o domínio, no intuito de manter a defesa nacional e a nacionalização desta porção de terra.

Nesse sentido, McCann (2007, p. 384) destaca que “A revolução de 30 produziu um período de mudanças profundas e turbulentas. E o Exército, por mais instável que fosse era a única instituição nacional que o governo central tinha a disposição [...]”.

Esse discurso reforça a importância da presença do Exército como força de repressão aos problemas existentes na extensa faixa de fronteira do Brasil. O dinamismo de uma região fronteiriça, com suas características peculiares, exige dos governantes do Estado-Nação planos que possibilitem assegurar a proteção do país e, do que é mais precioso para uma nação, do seu povo. Schallenberger (2011, p. 81) pontua que “Uma das importantes características das fronteiras é sua mobilidade”. A tríplice fronteira de Argentina, Brasil e Paraguai é uma fronteira que possui a característica apontada por Schallenberger devido às mobilizações sociais em torno do comércio; da criminalidade, a qual abrange desde o tráfico de ilícitos, aos delitos contra a vida humana, gerando, assim, intensa mobilidade das autoridades no intuito de reprimir as ações delituosas. Os problemas fronteiriços da conjuntura atual são antagônicos aos problemas da época da colônia militar.

Por isso, a formulação de força e proteção do Exército Brasileiro, bem como a proposta determinada como condicionante da concepção estratégica de segurança, prevista no Documento de Estratégia Nacional de Defesa⁸ do governo brasileiro, assume um nível de risco aceitável e busca alinhar este conceito com a visão prospectiva. Daí deriva a necessidade de monitorar, controlar e atuar nas fronteiras com base em projetos como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), o qual é um instrumento do governo brasileiro concebido pelo Exército no ano de 2008, e

⁸ Este documento prevê na página 41 a estruturação de forças armadas com adequadas capacidades organizacionais e operacionais e a criação de condições sociais e econômicas de apoio a Defesa Nacional, assim como a contribuição para a paz e a segurança internacional e a proteção dos interesses brasileiros nos diferentes níveis de projeções externas do país.

que tem como objetivo fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na produção de informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como atuar prontamente em ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços⁹.

Outro projeto, recentemente criado como plano estratégico de defesa que dará aporte ao Exército nas suas atividades, reduzindo as ameaças contra a sociedade fronteiriça, é o denominado Guarani, o qual visa, por meio dos novos carros de combate, incrementar a dissuasão e a defesa do território nacional¹⁰.

No contexto da segurança nacional estão inseridos os valores do povo. Tais valores norteiam a criação de novas concepções estratégicas que visem salvaguardar a integração social, possibilitando, desta forma, a existência de uma forjada unidade nacional. Neste sentido, Silva (1981, p. 73) destaca que “[...] o sentimento profundo da unidade nacional, o orgulho pela terra e pela gente, um espírito nacionalista sem dúvida muito a flor da pele e o seu tanto primário, sujeito por isso mesmo a distorções bem ou mal inspiradas, são fatores, entretanto, de um enrijecimento benéfico da estrutura psicossocial da nação”

Com isso, pode-se observar que os estudos das fronteiras possibilitam a criação de novas estratégias capazes de manter as características do Estado-Nação no que diz respeito às questões políticas, econômicas e culturais, bem como a estruturação da sociedade tanto na fronteira como em âmbito nacional.

Desta forma, o 34º Batalhão de Foz do Iguaçu, na conjuntura atual, além da proteção da fronteira, visa, também, a integração social dos povos como desenvolvimento de estratégias de proteção territorial em conjunto com a sociedade civil. A integração dos militares dos três países é causa relevante nas projeções diplomáticas, propiciando ambiente amigável e de cooperação militar. A participação dos militares Argentinos e Paraguaiois em solenidades do Exército Brasileiro, bem como a participação de militares do Exército Brasileiro nas solenidades militares de Argentina e Paraguai, revela o grau de amizade entre as forças militares. O Boletim Interno nº 051, de 18 de março de 2014, do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado relata o seguinte:

Nas atividades desenvolvidas por ocasião das comemorações do octogésimo segundo aniversário de criação do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado em 26 de fevereiro de 2014, foi feita a recepção do Exmo Sr Gen Oscar Luiz Gonzalez Cañete Cmt da 3ª Divisão de Infantaria e do Sr Coronel Celso José Montês – Cooperação Militar do Brasil no Paraguai. (BRASIL, 2014, s/p).

Portanto, há a existência de congraçamento entre as forças armadas dos países de fronteira. Isso reforça a certeza de que, por meio das forças armadas, a sociedade fronteiriça tem total liberdade para desenvolver suas atividades comerciais, sociais e religiosas. Diante disso, nota-se a importância de uma unidade militar atuando como o braço do governo para decisão das questões relacionadas à soberania nacional e à segurança do povo. No decorrer da história de Foz do Iguaçu, o Exército Brasileiro tem se apresentado como o braço forte nos momentos de transições da região fronteiriça, bem como a mão amiga no que diz respeito às necessidades da população. Portanto, o exército cumpre as obediências cabíveis ao governo, e faz cumprir tanto em tempo de guerra, quanto em tempo de paz, o juramento que todo soldado profere ao incorporar em suas fileiras, que é o juramento de dar a própria vida em defesa da pátria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer desta pesquisa, nota-se a importância do Exército Brasileiro na região de fronteira como força de reação às intempéries internas e externas. O 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado, implantado em Foz do Iguaçu por meio da Colônia Militar, tem desempenhado, no

⁹ Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/projetos/sisfron.html>, Exército Brasileiro>.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/projetos/guarani.html> Exército Brasileiro>.

decorrer de sua história, relevantes ações de interação social e segurança da fronteira através de operações especiais desenvolvidas na região fronteiriça.

O 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado está inserido nos projetos desenvolvidos para a segurança nacional, atuando como um sistema de segurança de fronteiras destinado ao município de Foz do Iguaçu, tendo em vista a sensibilidade desta região trifronteiriça.

A questão relacionada à segurança nacional na região de fronteira é inteiramente dependente do relacionamento social em sentido amplo, isto é, para que o processo de segurança nacional transcorra de maneira salutar, é imprescindível que haja conexões amigáveis em todos os níveis sociais, tanto em nível local, de modo que os povos de fronteira compartilhem suas diferenças culturais, quanto em nível diplomático, por meio dos processos políticos e tratados que possibilitem a integração das nações.

O Exército Brasileiro, por meio do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado, é um instrumento estratégico do Governo do Brasil que visa manter a segurança territorial e a integração dos povos de fronteira através das conexões existentes com os exércitos do Paraguai e da Argentina.

As conexões entre os militares dos Exércitos dos três países são imprescindíveis para a formulação de estratégias referente à proteção de seus territórios e a proteção de seu povo, fazendo fortalecer os atos em torno da soberania nacional de cada nação.

A pesquisa apresenta informações de autores que estudam a respeito da segurança pública brasileira e de historiadores que prezam pela historiografia do povo e sua cultura. A abordagem em relação ao Exército Brasileiro consistiu relatar sua importância na cidade de Foz do Iguaçu, como uma força nacional que, desde o surgimento do município, tem proporcionado efeitos positivos na construção da história da fronteira, bem como tem oferecido tranquilidade à comunidade, dando-lhe a certeza de liberdade por meio da segurança deliberada pelo 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO DO 34º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO. Boletim Interno número 051 de 18 de Março de 2014.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Identidade nas Fronteiras:** Território, Cultura e História. São Leopoldo: Oikos, 2011.

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI): interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira - Foz do Iguaçu (BR), Ciudad Del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR).** 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia, Setor Ciências da Terra. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

COLODEL, José Augusto. **Obrages E Companhias Colonizadoras:** Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960. Paraná 1988.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e Povoamento na Fronteira Brasil-Argentina.** Ed. da UFSC, 2010.

FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras Perigosas:** Migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense. Cascavel: Edunioeste, 2001.

LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL. Brasil 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, 2012.

MACCANN, Frank D. **Soldados da Pátria:** História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura política nacional: o poder Executivo e Geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro: Olympio, 1981.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná.** 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná 2002.